

O ESTUDO MORFOLÓGICO SOBRE “INTERFIXO”, LEGADO POR WALMÍRIO MACEDO

José Mario Botelho (FFP-UERJ e ABRAFIL)
botelho_mario@hotmail.com

RESUMO

Não constitui nenhuma novidade afirmar que a Gramática Tradicional (GT), que deveria esclarecer os fatos da língua de uma forma simples e didática, apresenta-se limitada e confusa. Tanto o é que o Prof. Walmírio Macedo, em seus *Elementos para uma estrutura da língua portuguesa*, a rotula como uma gramática atomizadora (Cf. MACEDO, 1976, p. 33). E é exatamente porque a GT estuda os fatos gramaticais de forma parcial, individualizando certos fatos e ignorando outros, que o autor citado procurou esclarecer, nesse estudo, alguns elementos que foram negligenciados pela GT. Um desses elementos é a noção de “interfixo” – elemento mórfico, que foi mal interpretado pela GT e pelos estudiosos que por ela foram induzidos ao erro de disseminar a nomenclatura “vogal e consoante de ligação”.

Palavras-chave:

Alomorfia. Interfixo. Estudos morfológicos. Walmírio Macedo.

1. Introdução

Primeiramente, convém esclarecer que o presente artigo não objetiva tecer críticas à Gramática Tradicional (GT), de modo que se possa evidenciar a limitação de sua abordagem sobre os fatos gramaticais em si. As críticas que ora surgirão no desenvolvimento do presente texto, embora convenientes e justas, muito se fazem em função do próprio estudo que enfatizo.

Os *Elementos para uma estrutura da língua portuguesa* constituem em si uma proposta que o Prof. Walmírio Macedo apresenta como uma metodologia – uma nova visão metodológica – a ser aplicada à gramática, como o próprio autor adverte no Prefácio da 2ª edição:

Por isso é que temos dito insistentemente que este livro é para ser lido com vagar, para ser meditado, para depois ser aplicado. Ele não visa a apresentar uma nova gramática. Visa, antes de tudo, a aplicar à gramática uma metodologia, uma nova visão. (MACEDO, 1976, p. 15)

O autor reafirma mais abaixo que seu estudo pode até parecer uma novidade, uma nova gramática, mas não o é. Trata-se, pois, de um método diferente – uma perspectiva diferente de interpretação da língua que visa solucionar certos problemas existentes.

Como no referido estudo Macedo procura apresentar e discutir pressupostos teóricos, reclama a necessidade de se adotar uma abordagem sobre os fatos gramaticais, e apresenta, por conseguinte, críticas à abordagem tradicional.

E como neste estudo, o qual se pode denominar uma resenha crítica, procuro apresentar a visão de Macedo sobre o elemento mórfico que vem sendo interpretado pela tradição como vogal ou consoante de ligação, não posso evitar certas críticas à GT: pelo menos aquelas que o próprio morfológico fez, como por exemplo:

A Gramática Tradicional, muito preocupada em copiar a Gramática Latina, é uma gramática atomizadora. Estuda os fatos de forma parcial. Detém-se no particular. Não vê o global. Individualiza os fatos. Em suma, ignora a noção de estrutura. Em razão de tudo isso, labora em erro ou é induzida a isso. (MACEDO, 1976, p. 33)

De fato, tais críticas são convenientes, pois muitos dos conceitos lançados pela Tradição não se justificam e não resistem uma argumentação teórica de natureza semântico-estrutural, por exemplo, que é a que propõe Macedo (Cf. p. 33). E diga-se de passagem, nem constitui um aporte teórico completo ou ideal, uma vez que o seu ponto de vista é sincrônico, por excelência. Sabe-se que o aspecto sincrônico não é epistemológico exatamente; não constitui um estudo crítico dos princípios, hipóteses ou resultados de estudos já constituídos, sob fundamentos lógicos; trata-se, pois, de um “conjunto de correlações e oposições que constitui um estado linguístico onde é apreensível uma estrutura” (CÂMARA JR., 1985, p. 220).

Certamente, não resistiria à argumentação de Macedo, porquanto se trata de uma abordagem inconsistente e, por isso mesmo, pouco esclarecedora, que não consegue convencer nem mesmo a um eventual estudioso desatento e mal informado. Macedo, que era um estudioso muito atento e muito bem informado sobre o assunto – um especialista em Morfologia e Semântica – lançou mão de suas ciências na elaboração desse estudo crítico. O referido estudo surgiu como tese de habilitação ao concurso de livre-docência em Língua Portuguesa e doutoramento em Letras na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e depois, transformou-se no livro, que ora resenho.

Portanto, o objetivo deste artigo é demonstrar a visão que Macedo tem da GT, que, segundo ele, estuda os fatos gramaticais de forma parcial, individualizando certos fatos e ignorando outros.

Em função disso, observei de que forma o autor citado procurou esclarecer, em seu estudo, alguns elementos que foram negligenciados pela GT. Assim, a noção de “interfixo” –“vogal e consoante de ligação”, segundo a GT –, e a de “alomorfia”, dos *Elementos para uma estrutura da língua portuguesa*, de Walmírio Macedo, recebem, no presente artigo, a minha atenção, em forma de resenha crítica.

2. *Ponto de partida*

No item “8. Posições diante do fato linguístico e a matéria a estudar”, o autor observa que o estudioso, ao analisar um fato linguístico que se lhe apresenta, pode optar por assumir uma das seguintes posições teórico-metodológicas: estrutural, semântica ou semântico-estrutural.

A posição estrutural se debruça sobre a forma tão exclusivamente, deixando de considerar o sentido, o qual, em muitos casos, é o fator essencial da análise. Também há casos em que o sentido auxilia o analista a desfazer uma eventual ambiguidade de análise. Segundo Macedo, optar pela posição estrutural, que é uma posição materialista por não levar em conta o sentido, é se arriscar a cometer erros – absurdos simplificadores, como denomina o próprio autor.

Convém ressaltar que o termo “estrutural”, usado ao longo da obra em referência, não se relaciona fundamentalmente com a Teoria Estruturalista e que, em consequência disso, não deve criar uma sinonímia com o adjetivo “estruturalista” (Cf. MACEDO, “Notas elucidativas”, p. 60).

A posição semântica, ao contrário daquela primeira, se debruça sobre o sentido e, só por ele, se interessa, deixando de levar em consideração a forma. Optar por essa segunda posição exclusivamente também é se colocar em risco de cometer erros.

Logo, são essas duas posições antagônicas radicais: a estrutural e a semântica, que podem levar o analista a conclusões equivocadas, as quais comprometem os resultados de análise dos fatos linguísticos.

Senão, vejamos. Tomemos os exemplos abaixo que o próprio autor utilizou em seu texto:

(1a) ele comprou o carro.

(1b) ele comprou muito.

Observem que os dois termos destacados em (1a) e em (1b) apresentam-se como complementação do verbo “comprou” nas duas frases e são, portanto, do mesmo tipo de estrutura – i. é, do mesmo tipo estrutural. Como o verbo, de modo geral, sem levar em conta a sua grade sêmica (conjunto de semas ou traços distintivos) ou o(s) seu(s) sentido(s), transitivo direto, o termo que complementa é, pois, um objeto direto, já que compõe o mesmo tipo de estrutura.

Entretanto, o fato de só levar em conta a forma, já que para os que optam tão somente pela posição estrutural somente a estrutura interessa, cria-se, nesse caso, um grande equívoco, que seria evitado se se considerasse o sentido de cada estrutura de (1a) e de (1b). Em (1a), o sintagma “o carro” é nominal (o núcleo do sintagma é um nome substantivo) e em (1b), o sintagma é adverbial (o termo é um advérbio). Logo, aquele se refere a um ser ou objeto da natureza humana, enquanto este se refere a uma circunstância de intensidade.

Também se pode observar o sentido das formas verbais homônimas: “comprou”, em (1a), tem um sentido genérico de adquirir algo, pagando com dinheiro, e, portanto, é intransitivo, e em (1b), tem o sentido de adquirir alguma coisa especificamente, sendo, portanto transitivo direto.

Análise semelhante se pode fazer em pares do tipo: “falava palavras /falava demais”; “canto canções antigas/canto bem”; “compreendemos a lição/compreendemos sem grandes dificuldades”

Macedo observa que o que de fato deve interessar ao analista é a comunicação e não tão somente o significante – a forma, a estrutura –, nem tão somente o significado, já que a língua é mensagem para o autor, que declara ser partidário da terceira posição: semântico-estrutural.

A posição semântico-estrutural concilia aqueles dois aspectos; considera a significação e a estrutura, os quais aspectos são importantes para a análise de um fato linguístico.

Segundo ele, “o aspecto semântico-estrutural ressalta a noção de valor, que decorre da noção de função, o que faz com que a posição semântico-estrutural seja funcional” (Cf. p. 56).

Tal posição não caracteriza a GT, que apesar de ter o conhecimento de tais noções, mistura as três posições no desenvolvimento do estudo, de modo que vem disseminando interpretações confusas quando não equivocadas, como declara o nosso homenageado:

A GT misturava as três posições ao longo das interpretações. Assim, a noção, por exemplo, de “prefixo” é meramente estrutural. A de substantivo, simplesmente semântica. A de pronome, apenas a funcional.

A própria nomenclatura é decorrente dessa confusão de posições. (MACEDO, 1976, p. 56)

Vê-se que a inconveniência da nomenclatura utilizada nas gramáticas e compêndios gramaticais tradicionais decorre dessa confusão de posições, de que fala Macedo.

Segundo o autor, a noção de verbo ativo – nomenclatura muito comum nos estudos gramaticais tradicionalistas – é ora estrutural, ora semântica, quando deveria ser semântico-estrutural.

Numa concepção puramente estrutural ou semântica, em muitos casos, estabelecem-se contradições, como, por exemplo, considerar o verbo de “Ele morreu em paz!” um verbo ativo. Trata-se, pois, de uma visão simplista, que só leva em conta a forma, i. é, uma posição estrutural.

Tal equívoco se pode evitar, segundo o morfólogo, quando o analista adota uma posição funcional. Assim, o analista se voltaria para a estrutura oracional em si, considerando as relações sintagmáticas e o seu contexto.

É necessário, também, atentar-se para os planos da língua para não misturá-los. A consciência de tais planos da língua, que são o sistema fonológico e o sistema semântico, garante ao analista um adequado enquadramento do fato gramatical a ser analisado.

Macedo identifica, pois, o plano fonológico, que se distingue do plano semântico, em que se apresentam os dois subsistemas: o morfológico e o sintático.

3. A concepção do elemento estranho na estrutura do vocábulo, o qual Macedo denominou “interfixo”

Vimos anteriormente que a GT apresenta-se confusa e limitada na abordagem de certos fatos da língua, o que levou Macedo a rotulá-la como uma gramática atomizadora. E um dos estudos atomizados da GT é aquele, referente a elementos estranhos, que constatamos no interior de certas estruturas vocabulares, como por exemplo: gasômetro, chaleira, encruzilhada, fortalecer ou prateleira e pegajoso.

Na análise simplista – atomizada –, os elementos vocálico e consoântico destacados nos exemplos supracitados são, aquele, uma vogal de ligação, e este, uma consoante de ligação.

Vê-se, claramente, que se trata de uma abordagem mal-feita, de modo que não constitui uma nomenclatura esclarecedora, tampouco convincente.

Constata-se, portanto, uma posição unicamente estrutural feita pela GT, que tomando a forma como único escopo para a análise, descreve o “-o-”, de “gasômetro”, como vogal de ligação e o “-l-”, de “chaleira”, como consoante de ligação.

De fato, trata-se de uma vogal, no primeiro exemplo e de uma consoante, no segundo; também os dois elementos têm, cada qual em sua estrutura, a função principal de estabelecer uma eufonia (agradável emissão de som) na ligação dos dois elementos mórficos. Contudo, como denominar os elementos “-ilh-”, em “encruzilhada”, “-al-” ou “-el-”, em “fortalecer” e “prateleira”, respectivamente, e “-aj-”, em “pegajoso”? Como uma seqüência de vogal e consoante de ligação, como o faz a GT?

Macedo não aceitou definitivamente tal descrição simplista e limitada. Sob a perspectiva da posição semântico-estrutural, o autor reconhece que tais elementos estranhos não têm um valor significativo, sendo, por conseguinte, puramente eufônicos e de ligação entre dois elementos mórficos, mas considera que o fato fora mal definido por ter sido pouco estudado entre nós.

Daí, sugerir uma nomenclatura diferente, que, considerando a sua função de ligar outros elementos mórficos, seja compreensível: “interfixo”. Ou seja, o elemento mórfico que tem a função de ligar um elemento mórfico a outro, colocando-se entre eles. Se bem que não constituem um morfema em si, mas tão simplesmente um morfe, o que me parece ter sido percebido por Macedo, que preferiu definir o interfixo como “segmento sempre átono e sem significado próprio, colocado entre o radical e o sufixo de certos derivados” (Cf. p. 79), utilizando-se de noções da própria GT: “radical” e “sufixo”, os quais termos por si só também não são apropriados.

Assim, pode-se dizer que o interfixo, de Macedo, é um morfe, que, segundo Rolim (1981, p. 50), é “um elemento representativo por meio de um segmento no enunciado”. É propriamente um morfe vazio – na acepção

de Hockett (1947) –, já que se refere a uma parte da segmentação de uma dada palavra, que não corresponde a nenhum significado.

Vê-se que tal denominação abrange os casos de elementos bifone-máticos como em: “encruzilhada, prateleira, fortaleza e pegajoso”, por exemplo, e tantos outros, que foram mal interpretados, segundo Macedo (Cf. p. 79).

Para chegar a tal conclusão, o autor começa pela descrição de “cafeteira”, depreendendo os seus elementos estruturais. Retirando o elemento mórfico – portanto, significativo –, denominado pela tradição como sufixo: “-eira”, tem-se a forma “cafet-”, que não tem existência própria. Retirando-lhe o “-t-”, que nada significa, tem-se a forma “café”, a qual tem existência própria e uma significação, posto que é uma palavra da língua portuguesa.

Para aquele “-t-”, um segmento fônico átono e sem significado, que a GT denomina consoante de ligação, segundo a sua forma e porque se intercala entre os dois elementos mórficos “cafe-” e “-eira”, Macedo observa que recebeu outras denominações por outros estudiosos, como por exemplo, “infixo”.

Refutando essa denominação, ele nos lembra que infixos implica “um conceito de inscrito dentro de um corpo estreitamente unido”, como ocorria em latim: “fingo – figi” e “floresco – floreo”. Embora o autor não esclareça a ocorrência de “-n-” e de “-s-” nas respectivas formas latinas, chamo a atenção para o seguinte fato: Em latim, o infixos “-n-” era introduzido na raiz de certos verbos como mecanismo gramatical para opor o *infecum* (*rumpo, frango, findo*) ao *perfectum* (*rupi, fregi, fidi*) (Cf. CÂMARA JR., 1985, p. 147), que não é o caso da relação “fingo – figi”, feita por Macedo, que não se justifica. Aliás, convém observar que “fingo” é uma forma verbal de 1ª p. sg. de “fingere”, cujo *perfectum* é “finxī” e que a forma “figi” não é atestada, mas pode ser a 2ª p. sg. do imperativo de “figo”, cujo *perfectum* é “fixī”.

Também existia, em latim, o infixos “-s-”, que acrescentava uma noção aspectual de variado matiz (*floreo* – florir / *floresco* – começar a florir; *flateo* – ter mal cheiro / *flatesco* – estar cheirando mal; *adhaereo* – aderir; estar aderente / *adhaeresco* – tornar-se aderente. Ainda se pode assinalar o infixos “-t-” como em “canto – estar cantando / cano – cantar.

Depois de analisar o vocábulo “cafeteira”, ele descreve o vocábulo “cabeleireira”, depreendendo os dois sufixos “-eir-” e “-eir(a)”

consecutivos ao lexema “cabel(o)-”. Observa que o primeiro sufixo indica coleção (no caso, “cabeleir(a)” – uma coleção de cabelos) e o segundo, uma profissão (no caso, “cabeleireira” – aquela que é uma profissional de cabeleiras). Logo, reconhece que em “cabeleireira” há dois sufixos, um imediatamente após o outro, mas um elemento estranho “-t-” entre o lexema “cabelo-” e o sufixo “-eir(a)”.

E como se trata de um elemento que não é bem definido e individualizado na engrenagem do sistema gramatical do português, observa que muitas foram as designações dadas a esse elemento intercalado:

- a – Sufixo peculiar que se insere entre o primitivo e sufixo verdadeiramente lógico.
- b – “Sufixo secundário”, ao lado de “sílabas intercaladas”.
- c – Elemento de derivação.
- d – Elemento de enlace.
- e – Som transitório.
- f – Ante-sufixo.
- g – Consoante intercalada.
- h – Sufixo não final.
- i – Interfixo.
- j – Consoante anti-hiática.
- l – Infixo. (MACEDO, 1997, p. 80)

Reafirma que a denominação “infixo” é inexata e observa que, embora as denominações “ante-sufixo” e “sufixo não final” pareçam ser exatas, não se mostram convenientes, pois têm a desvantagem de constituírem uma definição que depende da existência de outro elemento mórfico. Depois, faz um comentário evasivo sobre as outras denominações, dizendo que são definições vagas e afirma que a denominação “interfixo” é a conveniente. Dando prosseguimento à reflexão sobre o tema, passa a descrever alguns interfixos.

Cotejando “encruzilhada” com “caminhada” e “queixada”, afirma que não constitui um sufixo a sequência “-ihada” como é o caso de “-ada”. Logo, “-lh-” é uma sequência em separado, posto que é um interfixo.

Também em “favorecer” em cotejo com “fortalecer”, evidencia-se o interfixo “-al-”, já que intercala o lexema “fort(e)-” e a sequência “-ec(er)”, que é o sufixo em “favorecer”. Em “prateleira”, tem-se o interfixo “-el-”, que é uma variante daquele “-al-”.

Em seguida, faz alusão a tipos de interfixo de resíduo histórico, o qual se encontra numa descrição sincrônica, mas que corresponde a um interfixo latino, como ocorre em “peitoral” (peit(o) + or + al) e em “dramático” (dram(a) + t + ico). Segundo o autor, no vocábulo latino

“pectoral”, tem-se o mesmo interfixo “-or-”, do nosso “peitoral”, e em “dramaticus”, o mesmo interfixo “-t-”, do nosso “dramático”.

Aponta, em seguida, o interfixo “-ac-”, de “alvacento”, “pardacento”, “lamaçal” e “aguaceiro”, comparados com “nojento”, “suorento” e “fedorento”. Nesses vocábulos, o sufixo é “-ento”; logo, o elemento “-ac-”, que se intercala entre esse sufixo e os lexemas “alv(o)-”, “pard(o)-” e “lam(a)-”, é um interfixo também.

Ao cotejar “fedorento” (“fedor + ento”) com “friorento” (frio + r + ento) se depara com um impasse: O interfixo seria “-or-” ou “-r-”? Corrobora a opinião daqueles que consideram o “-r-” como um interfixo, pois na comparação com “calorento”, em que o fonema /R/ faz parte do lexema (calor + ento), o fonema /o/ faz parte do lexema “frio” (frio + r + ento) por analogia.

Depois, cita os interfixos “-l-”, “-il-” e “-aj-”, que ocorrem em : “sonolento” (“sono + l + ento”), “comilão” (com(e) + il + ão), “pegajoso” (peg(a) + aj + oso).

Sobre o interfixo “-aj-”, Macedo faz uma ressalva, citando Yakov Malkiel, um autor espanhol, que em seu artigo numa miscelânea em homenagem à André Martinet, sugere que os elementos portugueses “-aj-” e “-alh-” (de “negralhada” e “negralhão”) correspondam ao sufixo latino “-alia”, o qual exprime uma noção de coletivo.

Por fim, faz alusão ao interfixo “-ar-”, ilustrando com os vocábulos: “bicharada” (bich(a) + ar + ada), “chuvarada” (chuv(a) + ar + ada), “linguarudo” (lingu(a) + ar + udo), “filharada” (filh(o) + ar + ada), “dançarino” (danç(a) + ar + ino), “fogaréu” (fog(o) + ar + éu) e “povaréu” (pov(o) + ar + éu).

E finaliza esse item “11. Interfixo – elemento estranho na estrutura do vocábulo” com uma relação de 38 vocábulos, em que declara que compõem exemplos dignos de estudo. Em todas as palavras dessa relação, Macedo destaca o elemento estranho que se intercala na estrutura dos vocábulos: “facilitar”, “casin~~h~~ote”, “fedentina”, “carestia”, por exemplo.

Em “Notas Elucidativas”, o autor declara que a descrição do interfixo é muito importante para o estudo da estrutura vocabular. Reconhece que a referida nomenclatura não agrada a muitos teóricos, que buscam outras soluções para o problema de uma nomenclatura adequada para as inconvenientes denominações tradicionais de vogal e consoante de ligação. Contudo, rejeita as soluções encontradas por esses estudiosos, os quais,

sob uma perspectiva sincrônica, preferem conceber formas variantes de sufixos, em que o interfixo participa da terminação da palavra em referência (Ex.: pezinho = pé + zinho; prateleira = prat(o) + eleira). A sua rejeição se justifica pelo fato de o interfixo ser algo incontestável: trata-se realmente de um elemento físico que se intercala entre dois morfemas: o lexema (radical atemático ou tema) e o morfema lexical (sufixo). Também se justifica por ser irreal a solução proposta pelos teóricos modernos.

De fato, o que justifica uma justa rejeição à referida proposta sincrônica é a sua inconsistência teórica, que não explica a forma resultante sob o ponto de vista epistemológico das muitas formas existentes. Tais elementos nada têm de alomorfia para poderem receber tal nomenclatura “variante de sufixo”. Trata-se, pois, de uma criação de natureza romântica e não científica.

Convém atentar para o fato de que a noção sugerida pela nomenclatura moderna nos remete à noção de alomorfia, que é um tema a ser estudado na Morfologia Lexical (Cf. BOTELHO, 2004; SANDMANN, 1992; MATTHEWS, 1974). Nela, a alomorfia recebe uma abordagem teórica de natureza epistemológica, cuja descrição normalmente se vale do aspecto diacrônico para explicar o surgimento de uma dada unidade formal: formas livres (vocábulos formais), formas presas (afixos e desinências) ou formas dependentes (Cf. CÂMARA JR, 1991, p. 36-7).

Macedo também nos legou neste estudo – objeto desta resenha crítica – um breve estudo sob o título “7. Alomorfia” (p. 53-4). Nesse curto e objetivo, porém esclarecedor estudo, o nosso homenageado nos presentia com uma relação de 8 tipos de alomorfia diferentes, distribuídas segundo uma causa específica.

Esclarece que a alomorfia se caracteriza por ser um “fenômeno de um mesmo conteúdo ser representado por várias expressões” (Cf. p. 53). Assim, as formas alomórficas têm o mesmo significado, apesar de os significantes serem diferentes. Portanto, um sufixo (forma presa) é alomórfico ou variante quando tem o mesmo significado de outro sufixo, ao qual corresponde (Ex.: “-ano/-ão” em “mundano e cristão”; “-ário/-eiro” em “bancário e barbeiro”; “-bil/-vel” em “ignóbil e amável”; “-ez/-eza” em “altivez e triteza” e “-ice/-ície” em “tolice e imundície”). Também há prefixos alomórficos (Ex.: “abster e abdicar”, “combater, conjurar e colaborar”, “desumano, disjungir e difícil” “expatriar, escorrer e emergir”, “infeliz, impuro e imoral” e “ingerir, importar e enterrar”). Podemos, ainda, identificar radicais alomórficos (Ex.: “agrário e agricultor”, “equação,

equidade e igual”, “altruísmo e outro”, “cor e cordial”, “dobro e dualidade”, “facínora, malefício e perfeito” e tantos outros).

Assim, corroborando Macedo (Cf. p. 53), um sufixo ou uma forma vocabular que aparecem sob formas gráficas diversas, mas mantendo a mesma significação, são formas variantes de um mesmo elemento mórfico, por terem sofrido um tipo de alomorfia. Portanto, “a alomorfia é um fenômeno que caracteriza uma classe de significantes expressa por elementos mórficos distintos” (MACEDO, 1997, p. 53).

Não há nesse estudo de Macedo, uma descrição detalhada, seguida de explicação de como a alomorfia se dá; apenas se enumeram os seus tipos e se ilustram com exemplos de lexema, assim:

a) por metáfora

bebo – bebes

cubro – cobres

(Como a metáfora se caracteriza por ser uma modificação da vogal tônica, normalmente por influência de outra vogal ou de uma semivogal, pode-se dizer que ocorre uma alomorfia em “cubro/cobres”, onde o timbre fechado de “-u-” passa a aberto “-ó-”. Porém, em “bebo/bebes” só há a mudança do timbre fechado de “-ê-” a aberto “-é-”, mas a alomorfia é discutível – a forma gráfica é a mesma)

b) por apofonia

captar – interceder

barba – imberbe

(A apofonia ou deflexão é a transformação, normalmente de timbre, como se dá nos exemplos citados, em que os prefixos “inter-” e “im-” provocam a mudança de timbre das vogais de “cap-” e “bar”).

c) por assimilação

amava – amáveis

amara – amareis

(A assimilação é transformação de um fonema em outro, do qual recebe influência. A assimilação pode ser total, parcial, progressiva ou regressiva, como ocorre em “-veis” e “-reis”, em que o “-a-” progressivamente

se aproxima do “-i-” quanto à altura vocálica, assimilando-o parcialmente.)

d) por neutralização

punir – punes – pune

vender – vendes – vende

(Na neutralização, elimina-se a oposição dos fonemas que se opoiam no caso de uma flutuação num dado ambiente fonológico, como ocorre na segunda e terceira pessoas singulares do presente do indicativo de verbos de segunda e de terceira conjugações. Nesse ambiente fonológico, o fonema /e/ neutraliza a oposição /e/ – /i/.)

e) por tendência a distanciar os elementos de um hiato

vender – vendia

comer – comia

(Nesse caso, em que uma forma primitiva hipotética de imperfeito do indicativo “-ea” com a síncope do intervocálico sonoro /b/ da terminação “-eba” latina nos verbos portugueses de segunda e terceira conjugações, em que o “-e-” se afastando do baixo “-a-” quanto à altura vocálica, toma a forma de “-i-”).

f) em razão da riqueza da língua (de ordem diacrônica)

amava – punia

ame – puna

(Trata-se do fato de a língua portuguesa ter para expressar o imperfeito do indicativo duas terminações diferentes: “-va” – para verbos de primeira conjugação – e “-ia” – para os de segunda e terceira conjugações; e para expressar o presente do subjuntivo ou imperativo positivo duas terminações diferentes: “-e” – para verbos de primeira conjugação – e “-a” – para os de segunda e terceira conjugações. Convém observar que, no caso da terminação de imperfeito do indicativo, se trata de uma mesma terminação: “-ba > -va”, com degeneração do “-b-” em “-v-” e “-(e/-i)ba > -ia”, com síncope do intervocálico sonoro /b/.)

Há outros alomorfos lexêmico que, segundo Macedo, só se realizam acompanhados de prefixos:

conduzir – conduçõo

produzir – produção

induzir – indução

deduzir – dedução

seduzir – sedução

(Na verdade, não constituem alomorfos; pelo menos, não na língua portuguesa. Trata-se de relações entre formas heterônimas, que se originam de étimos distintos: os infinitivos citados são todos de infinitivo latino com “-ducere” e “dedução >deduction, do francês; “indução <inductio-*one*”, do latim; sedução >seductione, do latim. Como “condução” é derivado sufixal por analogia com aquelas outras formas (“condu(zir) + ção”) é o único que poderia ser considerado um alomorfo.)

Também há outros que entraram na língua, vindos de lexemas diferentes:

beber (<*bibere*) – potável (<*potabile*) – pote (<*pot*, do francês)

(Logo, se se originam de étimos diferentes, não são alomorfos; são heterônimos que se relacionam semanticamente.)

g) por alternância vocálica

fiz – fez

fui – foi

pude – pôde

(Esses casos poderiam ser incluídos no primeiro tipo “por metafonía”, uma vez que se caracteriza por ser uma alternância vocálica, quanto à altura. Nos três exemplos, ocorre um rebaixamento da vogal tônica: “-i-” passa a “-ê-” e “-u-” passa a “-ô-”.)

Finalizando o item sobre alomorfia, ele estabelece uma distinção entre paradigma de formas afins e palavras independentes. Segundo o autor (Cf. p. 54), “paradigma é uma série de palavras cognatas que diferem gramaticalmente (com categorizadores diferentes ou relacionais)”, i. é, um conjunto de palavras como uma só palavra com diferentes variantes. “Porém, quando duas formas diferem por conta do seu próprio lexema, com paradigmáticação muito irregular, têm-se palavras independentes” (MACEDO, 1997, p. 54).

4. Considerações finais

Ao finalizar este artigo, espero ter demonstrado a visão de Macedo sobre a GT, a qual lhe parece um estudo simplista. Isto porque, segundo ele, a sua abordagem dos fatos gramaticais é sempre parcial, individualizando certos fatos e ignorando outros.

Por isso, em seus *Elementos para uma estrutura da língua portuguesa*, o autor procurou esclarecer alguns elementos que foram negligenciados pela GT. Como a causa de tal falha da GT parece a Macedo estar ligada a uma tomada de posição metodológica inadequada: ora semântica ora estrutural, e raramente semântico-estrutural, o autor esclarece as três posições existentes e assume que o estudioso deve adotar sempre a posição semântico-estrutural ao analisar um fato gramatical.

Neste artigo, focalizei a noção de “interfixo”, tradicionalmente concebido ou como “vogal de ligação” ou como “consoante de ligação”, segundo a forma, e a de “alomorfia”.

Como o fiz em forma de resenha crítica, paralelamente à demonstração da visão que o autor tem do referido tema, acrescentei observações e comentários pertinentes, de modo que os eventuais interessados leitores possam ter os seus horizontes ampliados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, José Mario. *O gênero imanente do substantivo no português*. Rio de Janeiro: Botelho, 2004.

CÂMARA Jr., Joaquim Matoso. *Problemas de linguística descritiva*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. *Dicionário de linguística e gramática*. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

FREITAS, Horácio Rolim de. *Princípios de Morfologia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1997. (Investigações Linguísticas).

HOCKETT, Charles F. Problems of morphemic analysis. In: *Language*, Vol. 23, N. 4, Oct. - Dec., 1947.

MACEDO, Walmírio. *Elementos para uma estrutura da língua portuguesa*. 2.ed., Rio de Janeiro: Presença, 1976.

MATTHEWS, P. H. *Morphology: An Introduction to the Theory of Word-Structure*. Cambridge University Press, London, 1974.

MONTEIRO, José Lemos. *Morfologia portuguesa*. 4. ed., Campinas: Pontes, 2002.

SANDMANN, Antônio. José. *Morfologia geral*. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1992.